

## A CONTÍNUA (RE)PRODUÇÃO DO SUJEITO UNIVERSAL DA CIÊNCIA E A ÁFRICA COMO OBJETO<sup>1</sup>

### LA (RE)PRODUCCIÓN CONTINUA DEL SUJETO UNIVERSAL DE LA CIENCIA Y ÁFRICA COMO OBJETO

**Florença Freitas Silvério**

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
florencafs@hotmail.com

#### RESUMO

Esse trabalho investiga a representação da cientistas, através de suas nacionalidades, em capítulos de Evolução de livros didáticos de Biologia anteriores, contemporâneos e posteriores à lei 10.639/2003 e às DCNERER. Adotando como metodologia a análise de conteúdo e como aparato teórico principal os Estudos Culturais, mobilizo a noção de representação na perspectiva de Stuart Hall, para investigar que tipo de Ciência é produzida pelos discursos dos livros didáticos. Constatado que os cientistas apresentados são majoritariamente europeus, ao passo que nenhum cientista africano é mencionado, o que reproduz e ativamente produz a ideia de uma Ciência como prerrogativa europeia.

**Palavras-chave:** Educação das relações étnico-raciais; Ensino de Biologia; Representação; Ensino de Ciências.

**Eixo temático:** 7. Inclusão e interseccionalidades no ensino de Ciências e Biologia.

**Modalidade:** pesquisa acadêmica.

#### RESUMEN

Este trabajo investiga la representación de científicos, a través de sus nacionalidades, en capítulos de Evolución de libros de texto de Biología anteriores, contemporáneos y posteriores a la ley 10.639/2003 y DCNERER. Adoptando análisis de contenido como metodología y los Estudios Culturales como aparato teórico, movilizo la noción de representación desde la perspectiva de Stuart Hall para investigar qué tipo de ciencia producen los discursos de los libros. Observo que los científicos presentados son en su mayoría europeos, mientras que no se menciona ningún científico africano, lo que reproduce y produce activamente la idea de ciencia como una prerrogativa europea.

**Palabras clave:** Educación de las relaciones étnico-raciales; Enseñanza de la Biología; Representación; Enseñanza de las Ciencias.

**Eje temático:** 7. Inclusión e interseccionalidades en la enseñanza de Ciencias y Biología.

**Modalidad:** investigación académica.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho deriva de pesquisa de mestrado finalizada (Silvério, 2021), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo número 2019/04962-8.

## INTRODUÇÃO

Em pesquisa recente (Silvério, 2021), investiguei as transformações sofridas pelos discursos sobre Genética e Evolução de livros didáticos de Biologia frente à necessidade de mudanças impostas pela lei 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER). No referido trabalho abordo a representação do continente africano e as representações a respeito de identidades étnico-raciais. Aqui abordo a representação dos cientistas no discurso sobre Evolução de três obras de mesma autoria.

A lei 10.639, promulgada em 2003, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornou obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. No ano seguinte o Conselho Nacional de Educação, publica as DCNERER, instituindo diretivas e princípios que devem ser contemplados pelas instituições de ensino.

Os materiais didáticos figuram como um dos temas mais antigos a serem estudados no que diz respeito às relações raciais. Essas pesquisas vêm apontando qual tratamento é dispensado aos negros nos livros didáticos e de leitura. A maior parte das pesquisas nessa área são realizadas com livros de leitura para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, livros didáticos de Língua Portuguesa e História (Silva, 2004; Rosemberg, Bazilli, Silva, 2003; Müller, 2018). Ainda há uma grande lacuna com relação às pesquisas com livros didáticos de Ciências e Biologia. Tal lacuna, não diz respeito apenas ao livro didático, mas à área de educação em Ciências como um todo. Podemos evidenciar esse fato, por exemplo, através da pesquisa de Jesus, Paixão e Prudêncio (2019), que analisou as atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) entre 2003 e 2015 buscando pesquisas que investigassem relações étnico-raciais e Ciências. Apenas 0,3% das pesquisas apresentadas no encontro discutiam questões raciais.

O livro didático é uma fonte documental privilegiada em uma análise que se propõe a compreender como se organizam os conteúdos de uma disciplina escolar, é uma fonte histórica dos saberes escolares e um dos indícios da cultura escolar (Munakata, 2012; Munakata, 2016). Aqui considero o livro didático como documento e artefato cultural,

sendo fruto de sua época, refletindo tradições culturais e sociais dos grupos que fizeram parte de sua produção (Silva, 2011; Le Goff, 1990). Enquanto artefato cultural, considero não somente sua dimensão de reprodução, mas de produção ativa de saberes. Nos livros didáticos circulam diversas pedagogias culturais, ensinando lições que vão muito além do conteúdo curricular, convocando os estudantes a ocuparem determinadas posições de sujeitos (Freitas, 2009).

O referencial teórico desse trabalho está ancorado nos Estudos Culturais. Esse campo de estudos compartilha o compromisso de analisar práticas culturais a partir da perspectiva de seu envolvimento com e no interior de relações de poder. Nesse contexto, utilizo a noção de representação, sobretudo nas formas adotadas por Hall (2016), para analisar os cientistas citados nos capítulos de Evolução de livros didáticos de Biologia. A partir da interpretação dos Estudos Culturais, a cultura é vista, em termos gerais, como significados compartilhados e possui um papel constitutivo em todos os aspectos da vida social (Hall, 1997). Tais significados são produzidos e compartilhados através da linguagem, que é um meio através do qual as “coisas” são representadas em uma cultura. Segundo Hall (2016), damos sentidos a essas “coisas”, pelo menos em partes, pela maneira como as representamos, ou seja, o conjunto de palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que contamos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as formas como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores nelas embutidos. Assim, os significados não surgem exatamente das coisas em si, mas a partir dos jogos de linguagem e dos sistemas de classificação nos quais essas coisas estão inseridas. Nesse contexto, a representação não é um mero reflexo da realidade, mas ela tem uma função ativa e constitutiva nos processos de construção social da realidade. Podemos dizer que a representação é um sistema de atribuição de sentidos. Os sentidos, por sua vez, são produzidos pelas relações de diferença que formam com outros conceitos e ideias em um campo de significação, ou seja, os sentidos estão organizados em sistemas, em estruturas, em relações (Hall, 2016; Silva, 2001). Assim, a representação só ganha sentido em uma cadeia diferencial de significados, isto é, a representação “[...] é a representação de alguma ‘coisa’ não por sua identidade, coincidência ou correspondência com essa ‘coisa’, mas por representá-la [...] como diferente de outras ‘coisas’” (Silva, 2001, p. 41).

Sistemas discursivos construídos por relações de poder dão caráter de verdade à representação. Nesse caso, em uma análise discursiva da representação não se questiona a maior ou menor correspondência com o “real”, mas as relações de poder que estabelecem tais representações como “realidade” (Silva, 2013). As relações de poder são constitutivas da representação em dois sentidos, uma vez que o poder determina a forma como se processa a representação e, simultaneamente, a representação produz efeitos, especialmente ligados à produção de identidades culturais e sociais, reforçando relações de poder (Silva, 2001). A representação, nesse sentido, posiciona os sujeitos, produzindo identidade e diferença, assim sendo, “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (Zubaran; Woortmann; Kirchof, 2016, p. 18). Nesse contexto, é importante destacar que a demarcação de identidade e diferença implica relações de incluir e excluir, a identidade envolve quem pertence e a diferença envolve quem não pertence (Silva, 2014; Woodward, 2014).

## **OBJETIVOS E METODOLOGIA**

O objetivo geral desse trabalho foi investigar, através da nacionalidade, a representação de cientistas em capítulos de Evolução de livros didáticos de Biologia anteriores, contemporâneos e posteriores à lei 10.639/2003 e às DCNERER. O objetivo específico foi verificar a presença de cientistas fora do eixo ocidental, especialmente de africanos.

Nesse trabalho utilizei a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). O aparato teórico principal está baseado nos Estudos Culturais, nos quais me baseio para empreender uma análise discursiva na forma definida por Hall (2016), em que essa se constitui uma análise onde o sentido, a representação e a cultura são elementos considerados constitutivos. A abordagem discursiva examina como a linguagem e a representação produzem sentido, bem como o conhecimento elaborado por determinado discurso estabelece relações com o poder, regula condutas, produz identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são concebido, representados, experienciados e analisados (Hall, 2016). Nessa perspectiva, a abordagem discursiva coloca ênfase na especificidade histórica de uma forma particular, o que Hall (2016) chama de regime de representação, que pode ser entendido como “Todo o repertório de

imagens e efeitos visuais por meio dos quais a ‘diferença’ é representada em um dado momento histórico [...]” (Hall, 2016, p. 150).

Diante do exposto, foram analisadas as obras “Fundamentos da Biologia moderna” (2ª edição), de 1997 (anterior à lei 10.639/2003 e às DCNERER), “Fundamentos da Biologia moderna” (4ª edição), de 2006 (considerada como contemporânea à lei 10.639/2003 e às DCNERER, por ser de um ano próximo à publicação das DCNERER, 2004) e “Biologia moderna: Amabis & Martho” (1ª edição), de 2016 (posterior à lei 10.639/2003 e às DCNERER)<sup>2</sup>. Todas as obras são de autoria de José Mariano Amabis e Gilberto Rodrigues Martho.

A investigação foi conduzida segundo as três etapas estabelecidas pela análise de conteúdo: pré-análise; exploração do material; inferência e interpretação. Nos materiais analisei a representação dos cientistas citados nos capítulos de Evolução, através da menção de suas nacionalidades. Considerei apenas as nacionalidades citadas pelas obras. Em casos de cientistas cujas nacionalidades não foram mencionadas pelo texto, essas não foram pesquisadas externamente e eles não foram contabilizados<sup>3</sup>. Não foram analisadas as imagens. Procedemos três leituras diagonais dos capítulos de Evolução em busca do índice (a nomeação de um cientista). Nosso indicador foi a frequência de cada nacionalidade.

## **A CIÊNCIA, EUROPEIA POR EXCELÊNCIA, E A ÁFRICA OBJETO**

A maioria dos cientistas citados pelas obras é europeu<sup>4</sup>, seguido de alguns estadunidenses, poucos australianos e pouquíssimos brasileiros. Nenhum cientista africano, bem como

---

<sup>2</sup> Em Amabis e Martho (1997) analisei os capítulos 27 e 28 (“Teorias de Evolução biológica” e “As grandes linhas de Evolução”), em Amabis e Martho (2006) foram analisados os capítulos 24 e 25 (“Fundamentos da Evolução biológica” e “Origens das espécies e dos grandes grupos de seres vivos”), e em Amabis e Martho (2016) foram analisados os capítulos 5, 6 e 7 (“Os fundamentos da Evolução biológica”, “A origem de novas espécies e dos grandes grupos de seres vivos” e “Evolução humana”).

<sup>3</sup> De um total de 61 (sessenta e um) cientistas mencionados em todas as obras estudadas, apenas 14 (quatorze) não tiveram a nacionalidade especificada.

<sup>4</sup> Optamos por agrupá-los apenas como “europeus” no lugar de especificar cada nacionalidade. Todos os cientistas europeus citados, exceto um, pertencem à Europa Ocidental, sendo em sua maioria ingleses ou franceses. A exceção é o biólogo Theodosius Dobzhansky, identificado como russo em Amabis e Martho (2006) e como ucraniano em Amabis e Martho (2016). Essa opção foi feita levando em consideração alguns aspectos. Um dos objetivos da pesquisa é verificar a presença de cientistas africanos nas obras estudadas em comparação à presença daqueles pertencentes ao eixo ocidental. Dessa forma, não é necessário a separação dos europeus em nacionalidades (sobretudo porque há uma hegemonia na presença da Europa Ocidental), pois o que está em jogo é a representação do Ocidente enquanto construção sócio-político-histórica. Nesse contexto é importante esclarecer que o Ocidente mais do que uma localização

nenhum asiático, é mencionado pelas obras. Veja no quadro 1 as porcentagens das nacionalidades dos cientistas citados em todas as obras analisadas.

**Quadro 1:** Cientistas cujas nacionalidades foram mencionadas nos capítulos de Evolução das obras estudadas

Nacionalidade/Obra	Amabis e Martho (1997)	Amabis e Martho (2006)	Amabis e Martho (2016)
Europeus	100%	71,43%	76,92%
Estadunidenses	0%	7,14%	10,87%
Australianos	0%	14,29%	6,52%
Brasileiras	0%	7,14%	4,35%

**Fonte:** elaboração da própria autora.

Em Amabis e Martho (1997), aparecem apenas cientistas europeus. A partir de Amabis e Martho (2006) aparece uma pequena diversidade, com um cientista estadunidense, uma cientista brasileira e dois australianos. Na obra mais recente (Amabis; Martho, 2016) há um tímido alargamento dessa diversidade. No entanto, não vemos a inserção de cientistas africanos e asiáticos bem como há uma baixa representação dos cientistas que estão fora do eixo Europa – EUA, o que podemos caracterizar como o Norte epistemológico (Santos, 2018). Portanto, mesmo depois da instituição das obrigatoriedades estabelecidas pela lei 10.639/2003 e pelas DCNERER não houve um aumento da representação da Ciência africana ou mesmo daquilo que está fora da constituição do Ocidente.

Há uma hegemonia europeia na representação dos cientistas nos capítulos estudados, o que corrobora uma representação histórica da Ciência com um empreendimento tipicamente ocidental e da Europa associada ao progresso tecnológico e ao desenvolvimento científico. Com relação à representação de cientistas africanos constatamos uma ausência completa. Nesse contexto, é necessário considerar que o regime representacional que sustenta a ideia de uma Europa superior se produz no jogo de alteridade com o “Outro”, que é transformado em exótico, selvagem, primitivo, enfim, inferior. Esse “Outro” é, frequentemente, o continente africano. Assim, a ideia de uma

---

geográfica, designa um tipo de sociedade. O “Ocidente” é um conceito histórico que caracteriza as sociedades industrializadas, urbanizadas, capitalistas, seculares, consideradas, na geopolítica do próprio poder ocidental, “desenvolvidas” (Hall, 2016). Nesse sentido, Estados Unidos da América (EUA) e Austrália também pertencem ao eixo ocidental, mas optamos por identificá-los para destacar a hegemonia europeia na questão estudada, pois mesmo EUA e Austrália aparecem com baixa representação.

Europa civilizada se contrapõe com a imagem de uma África primitiva. A noção de primitivismo produziu uma série de estigmas e leituras depreciativas sobre o continente africano. Esse é um processo antigo, mas que ainda produz seus efeitos através dos reflexos que ainda permeiam nossa sociedade, de forma que tais reflexos são imprecisos e espelham formas que não são, necessariamente, as originais, mas que se fazem presentes entre nós com maior ou menor intensidade (Oliva, 2007).

Nessa perspectiva, há uma operação de inclusão e exclusão, produzindo identidade e diferença, o que é característico de como a representação opera. Enquanto a Ciência está representada pelo Ocidente, a África está representada pelo primitivo e pelo selvagem como constatei em outro trabalho (Silvério, 2021). A representação do continente africano se limita a natureza selvagem e fósseis de milhões de anos atrás. Assim, podemos identificar a operação de alteridade, onde o “Eu” se constrói em oposição ao “Outro”. É com a produção do “Outro”, que Carneiro (2005) também chama de Não-Ser, que o “Eu”, ou o “Ser”, afirma-se como superior. Segundo a autora “A desmoralização cultural do Outro realiza a um só tempo a supervalorização do Mesmo e a negação do Outro” (Carneiro, 2005, p. 107). O Ser subtrai do Não-ser aquilo que define o Ser pleno: autocontrole, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização (Carneiro, 2005). O resultado dessa pesquisa mostra a persistência da construção de uma identidade europeia ocidental ligada ao progresso, tecnologia e Ciência ao passo que o continente africano aparece como se estivesse enalhado e abandonado historicamente (Carneiro, 2005; Hall, 2016; Silvério, 2021).

Essa oposição também pode ser analisada a partir da contraposição entre as noções de “cultura” e “natureza”. Dentro de um regime de representação que produziu a África como primitiva, os africanos foram identificados com a “natureza” em oposição ao “mundo civilizado” ocidental, levando a uma contraposição entre “raça” branca e “raça” negra. Nesse contexto, os brancos foram identificados com o desenvolvimento intelectual, isto é “[...] requinte, aprendizagem e conhecimento, crença na razão, presença de instituições desenvolvidas, governo formal, leis e ‘contenção civilizada’ em sua vida emocional, sexual e civil, os quais estão associados à ‘Cultura’ (Hall, 2016, p. 167). Já os negros estariam associados ao que é instintivo, “[...] a expressão aberta da emoção e dos sentimentos em vez do intelecto, falta de ‘requinte civilizado’ na vida sexual e social, dependência dos costumes e rituais e falta de desenvolvimento de instituições civis, tudo

isso ligado à ‘Natureza’.” (p. 168). A África foi se tornando um corpo exótico, um espaço de longa distância no regime representacional que o Ocidente produziu sobre ela (Mudimbe, 1994 *apud* Oliva, 2007). Se a África é o lugar do primitivismo, do atraso, não há nada sobre Ciência que possa ser contato a partir do continente africano, esse só pode estar no lugar de objeto de pesquisa. É essa representação que as obras estudadas produzem. Por exemplo, nos capítulos de Evolução estudados, é comum que se mencionem fósseis encontrados no continente africano, no entanto, nenhum cientista africano aparece como parte de pesquisas que investigam tais fósseis. O Ocidente aparece como o centro acadêmico que produz conhecimento sobre a periferia do mundo, assim a única coisa que se espera da periferia é que forneça os estudos de caso (Costa, 2000).

Nesse contexto, é importante questionar quais as relações de poder que instituem a Ciência como um fenômeno moderno e ocidental por excelência. O estabelecimento do privilégio epistêmico através do epistemicídio está no centro da instituição da Modernidade enquanto parâmetro civilizacional, bem como da própria Ciência Moderna. O privilégio epistêmico está baseado no racismo e sexismo epistêmicos, que atuam destruindo e desqualificando conhecimentos de oposição ao colonialismo patriarcal, que são considerados ilusórios e mistificadores (Grosfoguel, 2016; Santos, 2018). O colonialismo propiciou uma intervenção epistemológica tão profunda que descredibilizou e suprimiu todas as práticas sociais de conhecimento que se opusessem aos interesses do empreendimento colonial-patriarcal capitalista. Em busca de homogeneização, reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo (Santos; Meneses, 2014). Mesmo na obra mais recente analisada, que já deveria ter sofrido os efeitos exigidos pela lei 10.639/2003 e pelas DCNERER - em que há exigências na direção do abandono do eurocentrismo, inclusive na educação em Ciências (Brasil, 2004) -, ainda há um grande apagamento epistemológico e uma ausência de reflexão sobre a constituição da Ciência Moderna.

A Ciência, nas obras estudadas, é representada como um empreendimento ocidental e masculino<sup>5</sup>. As obras analisadas reproduzem e produzem um discurso onde a Ciência é vista como “[...] masculina, androcêntrica, branca, ocidental e localizada nas classes mais abastadas da sociedade moderna, que se auto-institui com supremacia sobre todos os

---

<sup>5</sup> Dos 61 (sessenta e um) cientistas citados em todas as obras, apenas cinco foram mulheres. Para uma discussão sobre a questão de gênero nessas obras conferir Silvério e Verrangia (2021).

outros saberes [...] decidindo o que conhecer, para que conhecer e quem pode conhecer.” (Silva, 2008, p. 3). O resultado encontrado aqui corrobora o que Ferreira (2020) constatou também analisando livros didáticos de Biologia, somos apresentados a uma Ciência produzida por homens ocidentais, reiterando que apenas esses têm legitimidade para fazer e dizer sobre Ciência.

Dessa forma, uma abordagem desejável no ensino de Biologia não poderia estar limitada a apenas apresentar cientistas africanos, mas deveria debater as relações de poder e hierarquia que impedem que não só cientistas africanos, como do Sul global (isto é, aqueles fora do eixo considerado desenvolvido) como um todo, bem como mulheres, possam ocupar um espaço de destaque nas dinâmicas que produziram e produzem o conhecimento científico moderno e contemporâneo. Nesse sentido, é importante se atentar para as discussões recentes em torno do colonialismo científico como um todo, e do colonialismo na paleontologia em específico, já que estamos falando de capítulos de Evolução, onde a paleontologia é um ramo da Ciência que aparece em destaque. O colonialismo científico também leva à omissão ou desvalorização dos cientistas do Sul global. Podemos observar esse fenômeno nas obras analisadas, por exemplo, ao constatar que os líderes de pesquisa em sítios paleontológicos na África não são africanos. O colonialismo na paleontologia se manifesta quando cientistas do Norte global obtêm espécimes de países do Sul sem o envolvimento de pesquisadores locais e levam esses espécimes para seus países. Em alguns casos, essa prática é ilegal, infringindo as leis do país (Lenharo; Rodrigues, 2022). É preciso compreender que há um colonialismo generalizado na Ciência, onde países do Sul global tiveram (e muitos continuam tendo) pouca ou nenhuma soberania sobre sua própria biodiversidade e bens naturais e científicos<sup>6</sup>. O colonialismo científico está presente em muitas práticas científicas que persistem até hoje. Nesse contexto, é importante ter em mente que o desenvolvimento, por exemplo, de disciplinas científicas, programas educacionais e organizações acadêmicas foram produtos também projetados para beneficiar o avanço colonial (Cisneros *et al.*, 2022).

## CONCLUSÕES

---

<sup>6</sup> É importante lembrar que esse também é o caso do Brasil. Consultar, por exemplo, Cisneros e colaboradores (2022).

Os materiais investigados reproduzem e também produzem ativamente - como é da natureza da própria representação – a ideia do representante universal da Ciência como um homem ocidental, ou seja, a Ciência é um empreendimento que está limitado a um grupo muito restrito de pessoas, os homens ocidentais, reiterando que somente eles têm legitimidade para fazer e dizer sobre Ciência (Schienbinger, 2001; Ferreira, 2020). Em contraposição, aquelas pessoas que estão fora do eixo Ocidental não aparecem como produtoras de conhecimento científico. Esse quadro pouco mudou após a promulgação da lei 10.639/2003 e das DCNERER. Tal representação atua silenciando outras histórias possíveis, além da permanência de uma abordagem a-histórica da Ciência. Donna Haraway (1989 *apud* SILVA, 2008) afirma que não existe uma história da Ciência, mas diversas histórias. Nessa perspectiva, “O que ocorre é que em determinados momentos, e para favorecer certos interesses sociais, políticos ou econômicos, se contam certos tipos de histórias e não outros.” (Silva, 2008, p. 7). Assim, as obras analisadas reproduzem e produzem um lugar de desprestígio intelectual de todos aqueles que estão fora do Norte global, especialmente dos africanos.

O regime representacional encontrado nas obras reitera a posição de desprestígio intelectual de grupos historicamente marginalizados, como negros e mulheres, contribuindo para uma educação negativa das relações étnico-raciais. Há a manutenção de uma história e cultura eurocêntricas. Nesse caso, não se trata de apontar tal representação como falsa, mas de expor as relações de poder que a instituem, desvelar as assimetrias que constituem sua imposição como representação hegemônica. Assim, concordo com Wortmann e Veiga-Neto (2001) que

“[...] é claro que o desvelamento dessas assimetrias traz sempre incômodo e embaraço - para dizer pouco... - aos que ainda querem pensar a prática e o conhecimento científico apenas em termos “assépticos” [...]. E mais: mostrar o quanto a prática e o conhecimento científico mantêm uma relação de imanência com essas relações assimétricas só pode desagradar justamente aqueles e aquelas que se aproveitam dessa situação em benefício próprio e de sua tribo, seja na academia, seja nas instâncias governamentais, seja nas práticas pedagógicas.” (p. 22).

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (2004). Parecer nº 03/2004, de 17 de junho de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação das Relações Étnico-raciais e Para O Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília, 17 jun. 2004.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CISNEROS, Juan Carlos *et al.* Digging deeper into colonial palaeontological practices in modern day Mexico and Brazil. **Royal Society Open Science**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 1-32, mar. 2022. The Royal Society. <http://dx.doi.org/10.1098/rsos.210898>.

COSTA, Cláudia Lima. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 43-48, jan. 2000.

FERREIRA, Alessandra Pavalin Pissolati. **As mulheres da Ciência**: uma análise dos livros didáticos de Biologia aprovados no PNLD 2012, 2015 e 2018. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

FREITAS, Leticia Fonseca Richthofen de. Lições de identidade presentes em livros didáticos de séries iniciais. **Educar**, Curitiba, n. 34, p. 201-213, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, S.i., v. 31, n. 1, p.25-49, jan. 2016.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, S.I., v. 2, n. 22, p. 15-46, jul. 1997.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Apicuri; Puc Rio, 2016.

JESUS, Jeobergna de; PAIXÃO, Marília Costa Santos da; PRUDÊNCIO, Christiana Andrea Vianna. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE CIÊNCIAS: um mapeamento das pesquisas sobre o tema. **Revista da Faeeba - Educação e Contemporaneidade**, [S.L.], v. 28, n. 55, p. 221, 31 ago. 2019. Revista da FAEEBA.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LENHARO, Mariana; RODRIGUES, Meghie. How a Brazilian dinosaur sparked a movement to decolonize fossil science. **Nature**, [S.L.], v. 605, n. 7908, p. 18-19, 22 abr. 2022. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/d41586-022-01093-4>.

MULLER, Tania Mara Pedroso. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 34, n. 69, p. 77-95, jun. 2018.

MUNAKATA, Kazumi. LIVRO DIDÁTICO COMO INDÍCIO DA CULTURA ESCOLAR. **História da Educação**, [S.L.], v. 20, n. 50, p. 119-138, dez. 2016.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Universidade Estadual de Maringá, [s.l.], v. 12, n. 3, p.179-197, 2012.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África**: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da história da África no mundo atlântico (1990 - 2005). 2007. 404 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em História Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Batista. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p.125-146, jan. 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. p. 16-27.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a Ciência?** Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2004. 112 p.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Travessias Revista**, S.I., v. 2, n. 2, p. 1-20, ago. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3026>. Acesso em: 28 maio 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 185-201.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 156 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVÉRIO, Florença Freitas **BIOLOGIA, ÁFRICA E IDENTIDADES SOCIAIS**: a representação produzida pelos discursos sobre genética e Evolução em livros didáticos. 2021. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

SILVÉRIO, Florença Freitas; VERRANGIA, Douglas. O cientista é um homem branco ocidental: uma análise de livros didáticos de Biologia. **Abatirá**: Revista de Ciências Humanas e Linguagens, Eunápolis, v. 2, n. 3, p. 332-360, jan. 2021.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

WORTMANN, Maria Lúcia Catagna; VEIGA-NETO, Alfredo. **Estudos Culturais da Ciência & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representação e identidades. **Projeto História**, São Paulo, v. 1, n. 56, p. 9-38, maio 2016.